

## SIMPÓSIO ONLINE Nº 108

### Simpósio:

FORMAS DE COMPATIBILIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO,  
AMBIENTAL E SOCIAL NO PODER PÚBLICO COMO INSTRUMENTO INDUTOR DA  
DIGNIDADE HUMANA

### Coordenadores:

**Nome da Coordenadora 1:** Thais Bernardes Maganhini

**Vinculação Institucional:** Mestrado Profissional Interdisciplinar em Direitos Humanos e Desenvolvimento da Justiça DHJUS - Unir/Emeron (TJ-RO)

**Resumo Curricular:** Doutora em Direito Difuso e Coletivo pela PUCSP, mestre em Direito Econômico pela Universidade de Marília-UNIMAR. Professora da Universidade Federal de Rondônia-UNIR. Professora do Mestrado Profissional Interdisciplinar em Direitos Humanos e Desenvolvimento da Justiça DHJUS - Unir/Emeron (TJ-RO). Bolsista do Mestrado DHJUS. Líder do Grupo de Pesquisa Direito Constitucional, Acesso à Justiça e Sustentabilidade. DCOAJUDS- UNIR. Membro do Conselho Estadual de Direitos Humanos de Rondônia -RO

**Nome do Coordenador 2** Miguel Mônico Neto

**Vinculação Institucional:** Tribunal de Justiça de Rondônia; Mestrado Profissional Interdisciplinar em Direitos Humanos e Desenvolvimento da Justiça DHJUS - Unir/Emeron (TJ-RO)

**Resumo Curricular:** Desembargador do Tribunal de Justiça de Rondônia. Diretor da Escola da Magistratura do Estado de Rondônia e do Mestrado Profissional Interdisciplinar em Direitos Humanos e Desenvolvimento da Justiça DHJUS - Unir/Emeron (TJ-RO)

### Linha(s) de debate (descrição do Simpósio):

A Proposta visa estudar e explorar os aspectos atuais da emergente temática da compatibilização entre desenvolvimento econômico e ambiental, para concretização da dignidade da pessoa humana – desafio que se apresenta para as instâncias executivas, legislativas e judiciárias em âmbito interno e externo. Faz-se necessário resguardar o meio ambiente para que se tenha se vida com dignidade. Compatibilizar o meio ambiente, e as esferas da economia, do bem-estar social e do desenvolvimento é desafio constante. Assim, não se implanta uma política ambiental que não tenha como finalidade o desenvolvimento sustentável que contemple os aspectos sociais, ambientais e econômicos, financeiros e ideológicos, amparados pela dignidade humana. O acesso à justiça é fundamental para a efetivação de direitos econômicos, sociais e culturais que fazem parte da efetivação da condição humana digna. Em relação às estratégias governamentais para cumprir a agenda do desenvolvimento sustentável, cabe à sociedade a conscientização ambiental e a cobrança de novas elaborações das políticas públicas promotoras das boas práticas ambientais para um desenvolvimento sustentável, de forma ordenada, preservando tripé da economia, meio ambiental e social. Concentram-se a segunda linha de pesquisa nas análises, mais precisamente do acesso à justiça, na concretização do desenvolvimento sustentável.

### Idioma dos resumos que serão aceitos para apresentação:

Português (X)

